

mm  
J



## **Relatório de execução orçamental**

---

2021 – 3.º Trimestre

## 1 Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2001/M, de 10 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/M, de 16 de julho, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (SDNM), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e das câmaras municipais, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado dos três concelhos do Norte da ilha da Madeira.

Esta é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Santana.

A SDNM tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, devem ser elaborados e enviados aos membros do Governo Regional que detenham a tutela dos sectores das finanças, relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que exigíveis.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Optou-se por proceder ao envio dos elementos considerados mais relevantes para a apreciação da execução orçamental acima referida, bem como do Relatório do fiscal único, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º Decreto Legislativo Regional n.º 9/2001/M, de 10 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/M, de 16 de julho.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental do terceiro trimestre de 2021 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

## 2 Execução orçamental por classificação económica

### 2.1 Execução orçamental da despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no terceiro trimestre de 2021, largamente afetada pela pandemia SARS CoV-2:

RESUMO DA DESPESA - SDNM			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 031 285,00	551 313,38	53,46%
Aquisição Bens Serviços	409 392,00	112 759,60	27,54%
Juros e Outros Encargos	15 414,00	15 285,09	99,16%
Administração Regional	25 000,00	8 214,91	32,86%
Outras Despesas Correntes	46 457,00	31 075,68	66,89%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1 527 548,00</b>	<b>718 648,66</b>	<b>47,05%</b>
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	1 090 003,00	395 539,70	36,29%
Passivos Financeiros	3 066 667,00	1 533 333,33	50,00%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>4 156 670,00</b>	<b>1 928 873,03</b>	<b>46,40%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5 684 218,00</b>	<b>2 647 521,69</b>	<b>46,58%</b>

As despesas correntes ascenderam a 718.648,66€, apresentando um grau de execução de 47,05%.

Na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor da execução, representa os trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos, com destaque para o fornecimento de água e eletricidade, em especial no parque temático.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração dos diversos programas de emprego.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 66,89%, deve-se maioritariamente à regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes.

No que concerne às despesas de capital a execução registada foi de 46,40%, sendo a rubrica com mais peso para o efeito verificado, a dos Passivos Financeiros.

No global, o nível de execução do orçamento da despesa da SDNM no terceiro trimestre ficou em 46,58%.

Analisando a execução orçamental da despesa na perspectiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa foi paga com recurso às Receitas Próprias em cerca de 45,70%. A amortização de capital, na sequência dos elevados investimentos efetuados pela SDNM com recurso a financiamento bancário, foi assegurada com o recurso a injeção de capital.

RESUMO DA DESPESA - SDNM			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 268 077,00	497 146,01	39,20%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	87 634,00	44 045,11	50,26%
FEDER - MADEIRA 14-20 (419)	288 280,00	193 080,00	66,98%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	755 770,00	345 410,29	45,70%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 609,00	3 589,76	99,47%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM ORIGEM EM REEMBOLSOS DE BENEFICIÁRIOS DE FUNDOS EUROPEUS (523)	2 723,00	0,00	0,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 278 125,00	1 564 250,52	47,72%
<b>TOTAL</b>	<b>5 684 218,00</b>	<b>2 647 521,69</b>	<b>46,58%</b>

## 2.2 Execução orçamental da receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no terceiro trimestre de 2021:

RESUMO DA RECEITA - SDNM			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
Transferências Correntes	39 554,00	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	610 770,00	213 315,90	34,93%
Outras Receitas Correntes	40 000,00	39 316,24	98,29%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>690 324,00</b>	<b>252 632,14</b>	<b>36,60%</b>
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	105 000,00	70 000,00	66,67%
Transferência de Capital	847 988,00	233 138,68	27,49%
Ativos Financeiros	3 946 940,00	2 113 810,35	53,56%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>4 899 928,00</b>	<b>2 416 949,03</b>	<b>49,33%</b>
Saldo Gerência Anterior	93 966,00	93 964,13	100,00%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>93 966,00</b>	<b>93 964,13</b>	<b>100,00%</b>

<b>TOTAL</b>	<b>5 684 218,00</b>	<b>2 763 545,30</b>	<b>48,62%</b>
--------------	---------------------	---------------------	---------------

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita foi de 48,62%, contribuindo para este forte desempenho, a execução das Receitas de Capital.

Nas Receitas de Capital a rubrica Venda de Bens de Investimento teve uma execução significativa, justificada pelo pagamento das prestações da venda do terreno da Ponta Delgada.

Analisando a execução orçamental da receita na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores executados foram com recurso às Receitas Próprias (42,69%), com recurso a fundos europeus (43,39%) e com recurso a injeção de capital (49,84%).

<b>RESUMO DA RECEITA- SDNM</b>			
<b>FONTE FINANCIAMENTO</b>	<b>ORÇAMENTO CORRIGIDO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	
		<b>VALOR</b>	<b>%</b>
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 268 077,00	688 535,74	54,30%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	87 634,00	87 633,20	100,00%
FEDER - MADEIRA 14-20 (419)	288 280,00	125 079,96	43,39%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	755 770,00	322 632,14	42,69%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 609,00	3 608,08	99,97%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM ORIGEM EM REEMBOLSOS DE BENEFICIÁRIOS DE FUNDOS EUROPEUS (523)	2 723,00	2 722,85	99,99%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 278 125,00	1 533 333,33	46,77%
<b>TOTAL</b>	<b>5 684 218,00</b>	<b>2 763 545,30</b>	<b>48,62%</b>

### 3 Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	3º TRIMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
Vendas	7 321,00	870,54	1 889,39
Prestações de serviços	186 046,71	197 902,06	246 393,42
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			139 870,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1 210,91)	(781,81)	(2 133,63)
Fornecimentos e serviços externos	(98 648,56)	(122 834,10)	(227 882,36)
Gastos com o pessoal	(575 052,99)	(472 187,97)	(804 968,93)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	
Outros rendimentos e ganhos	334 712,19	111 848,28	302 375,03
Outros gastos e perdas	(24 045,52)	(43 273,42)	(49 179,70)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>(170 878,08)</b>	<b>(328 456,42)</b>	<b>(393 636,78)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 191 445,18)	(1 119 307,88)	(1 507 007,95)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>(1 362 323,26)</b>	<b>(1 447 764,30)</b>	<b>(1 900 644,73)</b>
Juros e gastos similares suportados	(10,40)	(14 455,51)	(14 455,51)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(1 362 333,66)</b>	<b>(1 462 219,81)</b>	<b>(1 915 100,24)</b>
Imposto sobre o rendimento	23 862,81	15 908,56	31 441,29
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(1 338 470,85)</b>	<b>(1 446 311,25)</b>	<b>(1 883 658,95)</b>

No que concerne aos Rendimentos da empresa no terceiro trimestre de 2021, face ao período homólogo de 2020, temos a observar o seguinte:

- Melhoria significativa nas Vendas, resultante do aligeirar das medidas impostas pelo confinamento;
- Nas prestações de serviços existiu uma redução significativa resultante das orientações de gestão do acionista no sentido da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia do COVID-19;
- Nos Outros rendimentos e ganhos, constata-se um aumento acentuado, justificado pela recuperação de valores pagos em processos de cobrança coerciva em 2021.

Quanto aos Gastos registados no primeiro semestre de 2021, comparativamente com o período homólogo anterior, observamos uma redução generalizada, à exceção do Gastos com o pessoal, que registou um aumento justificado pela atualização do salário mínimo regional e essencialmente pelo facto de no primeiro semestre de 2020 terem ocorrido várias situações de isolamento profilático, de baixas médicas bem como de licenças parentais.

## 4 Balanço

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.  
BALANÇO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	3º TRIMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
<b>ATIVO</b>			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	54 412 641,84	55 538 168,82	55 394 845,14
Ativos intangíveis	6 583,35		4 125,00
<i>Total de ativo não corrente</i>	<b>54 419 225,19</b>	<b>55 538 168,82</b>	<b>55 398 970,14</b>
ATIVO CORRENTE			
Inventários	160 359,27	162 769,97	161 570,18
Clientes, contribuintes e utentes	27 331,65	18 425,51	12 474,59
Estado e outros entes públicos	157 544,12	56 846,40	145 341,03
Outras contas a receber	3 293 774,32	4 205 093,54	1 442 850,39
Caixa e depósitos	185 137,56	285 285,33	169 767,41
<i>Total de ativo corrente</i>	<b>3 824 146,92</b>	<b>4 728 420,75</b>	<b>1 932 003,60</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>58 243 372,11</b>	<b>60 266 589,57</b>	<b>57 330 973,74</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	47 872 710,00	47 872 710,00	47 872 710,00
Outros instrumentos de capital próprio	36 027 532,23	27 139 252,16	26 714 905,31
Prémios de emissão	4,94	4,94	4,94
Resultados transitados	(69 565 374,33)	(67 681 715,38)	(67 681 715,38)
Outras variações no Património Líquido	6 668 050,70	6 451 911,83	6 655 830,20
Resultado líquido do período	(1 338 470,85)	(1 446 311,25)	(1 883 658,95)
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>19 664 452,69</b>	<b>12 335 852,30</b>	<b>11 678 076,12</b>
<b>PASSIVO</b>			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	29 214 908,45	37 647 314,30	36 113 928,70
Passivos por impostos diferidos	1 459 215,34	1 498 986,74	1 483 078,18
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
<i>Total do passivo não corrente</i>	<b>30 674 123,79</b>	<b>39 146 301,04</b>	<b>37 597 006,88</b>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3 796 810,42	4 792 401,01	3 823 940,30
Estado e outros entes públicos	19 306,22	14 243,47	375,83
Financiamentos obtidos	3 718 424,92	3 718 372,65	3 718 424,92
Outras contas a pagar	370 254,07	259 419,10	513 149,69
Outros passivos financeiros			
<i>Total do passivo corrente</i>	<b>7 904 795,63</b>	<b>8 784 436,23</b>	<b>8 055 890,74</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>38 578 919,42</b>	<b>47 930 737,27</b>	<b>45 652 897,62</b>
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>58 243 372,11</b>	<b>60 266 589,57</b>	<b>57 330 973,74</b>
	-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

ms f

No balanço de 30 de setembro de 2021, face a 31 de dezembro de 2020, há a assinalar:

- Nas Outras contas a receber verifica-se um aumento, decorrente do valor que a SDNM irá receber como prestações acessórias da acionista, no decorrer de 2021;
- No Patrimônio Líquido, temos um aumento dos outros instrumentos de capital próprio, devido à conversão dos contratos de mútuo celebrados em 2019 em prestações acessórias e ao lançamento dos valores previstos da injeção de capital para 2021.



## 5 Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	3º TRIMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	213 315,90	483 194,26	276 908,37
Pagamentos a fornecedores	-112 759,60	-579 752,00	-1 154 517,56
Pagamentos ao pessoal	-551 313,38	-561 658,83	-802 621,51
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-450 757,08</b>	<b>-658 216,57</b>	<b>-1 680 230,70</b>
Outros recebimentos/pagamentos	211 189,91	207 418,17	10 467,15
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>-239 567,17</b>	<b>-450 798,40</b>	<b>-1 669 763,55</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-395 539,70	-512 459,49	-959 966,31
Ativos intangíveis			-5 490,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	70 000,00		
subsídios ao investimento			941 895,55
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-325 539,70</b>	<b>-512 459,49</b>	<b>-23 560,76</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		3 233 535,12	
Cobertura de prejuizos			5 381 416,95
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	2 113 810,35		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	-1 533 333,33	-2 185 091,62	-3 718 424,95
Juros e gastos similares		-14 455,48	-14 455,48
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>580 477,02</b>	<b>1 033 988,02</b>	<b>1 648 536,52</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>15 370,15</b>	<b>70 730,13</b>	<b>-44 787,79</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>169 767,41</b>	<b>214 555,20</b>	<b>214 555,20</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>185 137,56</b>	<b>285 285,33</b>	<b>169 767,41</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>169 767,41</b>	<b>214 555,20</b>	<b>214 555,20</b>
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	169 767,41	214 555,20	214 555,20
<b>De execução orçamental</b>	<b>93 964,13</b>	<b>144 071,31</b>	<b>144 071,31</b>
<b>De operações de tesouraria</b>	<b>75 803,28</b>	<b>70 483,89</b>	<b>70 483,89</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>185 137,56</b>	<b>285 285,33</b>	<b>169 767,41</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte	185 137,56	285 285,33	169 767,41
<b>De execução orçamental</b>	<b>107 967,08</b>	<b>205 275,33</b>	<b>93 964,13</b>
<b>De operações de tesouraria</b>	<b>77 170,48</b>	<b>80 010,00</b>	<b>75 803,28</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares d

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar uma redução nos recebimentos de clientes e nos pagamentos a fornecedores, decorrente da pandemia COVID 19.

## 6 Conclusão

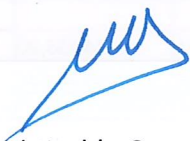
O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos de controlo interno, que permitam aumentar a cobrança de receita. O objetivo é evitar os incumprimentos e recuperar valores em dívida.

Paralelamente, estão a ser desenvolvidas negociações com vista à redução da dívida, bem como medidas tendentes à validação e correcção dos saldos devedores.

Funchal, 28 de outubro de 2021

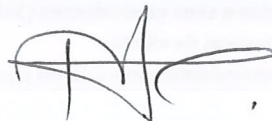
O Conselho de Administração

A Presidente,



(Nivalda Gonçalves)

O Vogal Executivo,



(Ricardo Morna Jardim)

**PKF**



**Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.**

**Relatório do Órgão de Fiscalização  
3º Trimestre de 2021**

**Outubro de 2021**

Telefone: +351 213 182 720 | Email: [ssa.sroc@pkf.pt](mailto:ssa.sroc@pkf.pt) | [www.pkf.pt](http://www.pkf.pt)

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094  
Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o  
n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

+

*Handwritten signature*

**Índice**

<b>1. Nota Introdutória</b>	<b>3</b>
<b>2. Contabilidade Orçamental</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Execução Orçamental da Receita</b>	<b>4</b>
<b>2.2. Execução Orçamental da Despesa</b>	<b>5</b>
<b>3. Conclusões</b>	<b>6</b>

**DRAFT**

## 1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,  
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,  
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é Relatório elaborado nos termos da alínea e), do nº 1, do Art. 13.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira e do constante da alínea e) do número um do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2020-2022.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (doravante “SDNM” ou “Sociedade”), relativa ao terceiro trimestre de 2021, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras reportados a 30 de setembro de 2021, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos Balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no Relatório de execução orçamental preparado pela SDNM com referência ao terceiro trimestre de 2021, incluindo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Controlo Orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas Demonstrações Financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

## 2. Contabilidade Orçamental

### 2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de setembro de 2021 são as seguintes:

Designação	2021			2020		
	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-09-2021	Grau Exec. Anual	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-09-2020	Grau Exec. Anual
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	690.324	252.632	36,60%	539.699	520.195	96,39%
Transferências Correntes	39.554	-	0,00%	192.486	-	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	610.770	213.316	34,93%	342.213	483.194	141,20%
Outras Receitas Correntes	40.000	39.316	98,29%	5.000	37.001	740,01%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	4.899.928	2.416.949	49,33%	6.645.033	3.233.535	48,66%
Venda de Bens de Investimento	105.000	70.000	66,67%	105.000	-	0,00%
Transferências de capital	847.988	233.139	27,49%	1.158.616	-	0,00%
Ativos Financeiros	3.946.940	2.113.810	53,56%	5.381.417	3.233.535	60,09%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	93.966	93.964	100,00%	144.072	144.071	100,00%
Saldo da gerência anterior	93.966	93.964	100,00%	144.072	144.071	100,00%
<b>Total</b>	<b>5.684.218</b>	<b>2.763.545</b>	<b>48,62%</b>	<b>7.328.804</b>	<b>3.897.801</b>	<b>53,18%</b>

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de setembro de 2021 ascende a 48,62%, que se traduz em 2.763.545 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 1.134.256 euros face aos valores registados no período homólogo anterior. O referido grau de execução justifica-se essencialmente nos pontos seguintes:

- ✓ Os valores apresentados em “Vendas de Bens de Investimento” apresentam uma taxa de execução de 66,67% e um aumento significativo quando comparado com o período homólogo anterior. Esta variação deve-se à venda do terreno da Ponta Delgada.
- ✓ A execução dos “Ativos Financeiros” resulta das amortizações registadas relativas a empréstimos contraídos com a banca estrangeira.

## 2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de setembro de 2021 apresentam-se da seguinte forma:

Designação	2021			2020		
	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30-09-2021	Grau Exec. Anual	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30-09-2020	Grau Exec. Anual
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.527.548</b>	<b>718.649</b>	<b>47,05%</b>	<b>2.572.637</b>	<b>1.199.635</b>	<b>46,63%</b>
Despesas com Pessoal	1.031.285	551.313	53,46%	1.023.583	557.976	54,51%
Aquisição Bens Serviços	409.392	112.760	27,54%	1.349.861	579.752	42,95%
Juros e outros encargos	15.414	15.285	99,16%	127.867	14.470	11,32%
Administração Regional	25.000	8.215	32,86%	5.360	3.683	68,72%
Outras Despesas Correntes	46.457	31.076	66,89%	65.966	43.754	66,33%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.156.670</b>	<b>1.928.873</b>	<b>46,40%</b>	<b>4.756.167</b>	<b>2.697.551</b>	<b>56,72%</b>
Aquisição Bens capital	1.090.003	395.540	36,29%	1.037.741	512.459	49,38%
Passivos Financeiros	3.066.667	1.533.333	50,00%	3.718.426	2.185.092	58,76%
<b>Total</b>	<b>5.684.218</b>	<b>2.647.522</b>	<b>46,58%</b>	<b>7.328.804</b>	<b>3.897.186</b>	<b>53,18%</b>

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no terceiro semestre de 2021 situa-se em 46,58%, representando um total de despesa paga de 2.647.522 euros.

Verifica-se uma diminuição de cerca de 1.249.664 euros face à realizada no período homólogo anterior.

Não obstante, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que, de certa forma, justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 30 de setembro de 2021:

- ✓ O grau de execução orçamental da rubrica “Aquisição de bens e serviços” para o terceiro trimestre de 2021 ascende a 27,54%, representando, em termos absolutos, uma variação de menos 466.992 euros face a igual período do ano anterior derivada da manutenção/conservação dos empreendimentos da sociedade.
- ✓ A rubrica de “Administração Regional” representa o valor gasto com remunerações dos diversos programas de emprego da entidade.
- ✓ A execução dos “Despesas de capital” de 46,40% deriva das amortizações registadas relativas a empréstimos contraídos com a banca estrangeira.

### 3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do terceiro trimestre de 2021.

Relativamente ao terceiro trimestre de 2021, não conhecemos nenhum desenvolvimento que possa alterar a nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 55.395 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” apresentado na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 30 de dezembro de 2020.”*
- *“A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 585 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre os capitais próprios da Entidade.”*
- *“O saldo da rubrica de fornecedores inclui 3.837 milhares de euros relativos a juros de mora debitados por um fornecedor, que a entidade não considera serem devidos. Em resultado deste facto, decorre em tribunal um processo judicial instaurado por esse fornecedor. Tendo em conta a sentença favorável que a entidade obteve junto do Tribunal de 1ª Instância relativamente a este processo e o facto do autor ter recorrido dessa sentença, não nos é possível aferir quanto à eventual exigibilidade deste passivo e como tal, quanto aos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da entidade.”*
- *“Embora os capitais próprios sejam positivos, encontra-se perdido mais de metade do capital social da Sociedade, desta forma, deverá ser tido em consideração o disposto no Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.”*



#### 4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 26 de outubro de 2021

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)